

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- UNIJUÍ

ALEXA FAGUNDES DOS SANTOS

**A INTERMEDIÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL**

Ijuí-RS

2024

ALEXA FAGUNDES DOS SANTOS

**A INTERMEDIÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, como requisito parcial à conclusão de curso e consequente obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profª. Ma. Sonia Aparecida da Costa Fengler

Ijuí-RS

2024

ALEXA FAGUNDES DOS SANTOS

A INTERMEDIÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Orientadora Ma. Sonia Aparecida da Costa
Fengler

Membro da banca Dra. Amanda Schöffel Sehn

Ijuí-RS, 08 de fevereiro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que foram fundamentais para a realização deste trabalho, pois sem o apoio, incentivo e compreensão delas, este caminho teria sido muito mais desafiador.

Ao meu companheiro e colega de psicologia, Renan Martins de Melo, meu mais profundo agradecimento. Obrigada por ser minha fonte constante de estímulo, por me encorajar a ingressar no curso, e por estar ao meu lado nos momentos difíceis em que pensei em desistir. É difícil expressar em palavras a imensa gratidão que sinto por ter você ao meu lado durante toda a jornada acadêmica. Sua presença foi essencial para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Obrigada por ser meu companheiro e por compartilhar comigo essa conquista tão especial.

Às minhas amigas e colegas de psicologia, Daiane Luiza Lopes e Larissa Franco Vogt, expresso minha gratidão. Nos momentos de estudo intenso, vocês foram fontes de apoio e estímulo, compartilhando conhecimento, desafios e risadas. Compartilhar esta jornada com vocês tornou cada desafio mais suportável e cada conquista mais significativa. Sua amizade é um tesouro que levarei para toda a vida. Obrigada por estarem sempre presentes, por compartilharem experiências e por serem pilares fundamentais nesta trajetória.

À minha querida amiga Larissa Sasso Bernardi, expresso minha profunda gratidão por fazer parte não apenas da minha trajetória acadêmica, mas também da minha jornada pessoal. Mesmo diante da distância física, nossa amizade se fortaleceu e transcendeu as barreiras, contribuindo de maneira significativa para meu crescimento. Cada troca e compartilhamento de experiências enriqueceu minha jornada, e por isso, agradeço sinceramente por essa conexão valiosa que construímos. Obrigada por ser uma presença tão especial em minha vida.

À Professora Isabel Koltermann Battisti, que me proporcionou a oportunidade de crescer como pesquisadora e profissional, meu mais profundo agradecimento. Sua orientação no projeto de Iniciação Científica foi essencial para meu desenvolvimento acadêmico, abrindo portas para novos horizontes na pesquisa. Agradeço pela confiança depositada em mim, por acreditar em meu potencial, e por ser uma inspiração como educadora comprometida com o crescimento de seus alunos e colegas.

À Professora Sonia Aparecida da Costa Fengler, minha orientadora do TCC, agradeço por sua dedicação, paciência e destreza ao me guiar neste desafiador caminho do Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigada por compartilhar seu conhecimento!

Aos meus familiares, mesmo distantes, agradeço por todo o apoio, compreensão e paciência durante os momentos em que precisei me distanciar para alcançar este objetivo. Seu suporte foi fundamental para minha trajetória acadêmica.

A todos que, de alguma forma, colaboraram para a realização deste trabalho, meu profundo agradecimento. Este é um marco que compartilho com cada um de vocês.

RESUMO

O presente estudo concentra-se na investigação da intermediação do professor no processo de ensino-aprendizagem da Educação Sexual nas escolas, considerando a complexidade dessa temática e sua urgência no contexto político e social brasileiro. Diante do crescimento de movimentos conservadores e fundamentalistas a partir de 2015, a pesquisa aborda o retrocesso nas conquistas históricas da Educação Sexual, destacando o impacto da eleição presidencial de 2018. Com a mudança na presidência em 2023, surge a expectativa de resgatar a emancipação e o papel da educação e sexualidade no Brasil. A pesquisa adota a teoria da mediação pela perspectiva histórico-cultural como base, destacando a importância dessa abordagem na formação de professores e na atuação nas escolas brasileiras. O objetivo principal é refletir sobre o papel do professor como intermediador na transmissão de conhecimentos sobre Educação Sexual, contextualizando-a política, social e historicamente. A metodologia é qualitativa e exploratória, utilizando a revisão narrativa de produção acadêmica-científica. A pesquisa bibliográfica se concentra em palavras-chave específicas, preenchendo uma lacuna na relação entre psicologia histórico-cultural e Educação Sexual. Os três capítulos conceituais exploram a evolução histórica da Educação Sexual no Brasil, a importância da mediação pedagógica na teoria de Vygotsky e os desafios e perspectivas na formação docente para a Educação Sexual. Ao analisar a trajetória histórica da Educação Sexual no Brasil, desde os desafios enfrentados na década de 1930 até os movimentos conservadores recentes, a pesquisa destaca a necessidade de uma abordagem aberta e inclusiva. A mediação, conforme discutida por Vygotsky e outros autores, emerge como uma prática essencial no ambiente educacional, conectando o sujeito ao conhecimento e facilitando o desenvolvimento humano. O capítulo dedicado aos desafios na formação docente para a Educação Sexual destacou a necessidade de superar lacunas na capacitação, destacando o papel crucial da escola na formação de cidadãos críticos e autônomos, incluindo uma educação sexual emancipatória. A mediação do professor, conforme destacado por diversos autores, revela-se fundamental na promoção do diálogo, da compreensão e do respeito. A interseção entre psicologia e Educação Sexual evidencia o papel crucial do psicólogo na abordagem da sexualidade, não apenas orientando os estudantes, mas também contribuindo para a formação continuada dos professores. A formação docente é reconhecida como peça-chave na promoção de práticas educativas que favorecem o diálogo e a compreensão em torno da sexualidade. Em síntese, a pesquisa destaca a importância da Educação Sexual como elemento fundamental na formação integral dos estudantes, enfatizando a necessidade de políticas públicas que fomentem a formação continuada dos professores. A abordagem histórico-cultural emerge como uma via promissora para promover uma Educação Sexual emancipatória. A pesquisa conclui com uma provocação sobre a ausência da psicologia na formação de professores, abrindo caminho para futuras investigações sobre essa lacuna e a promoção de uma colaboração mais estreita entre psicologia e educação.

Palavras-chave: Psicologia histórico-cultural; formação docente; mediação pedagógica; desafios sociais; Educação Sexual.

ABSTRACT

This study focuses on investigating the teacher's mediation in the teaching-learning process of Sexual Education in schools, considering the complexity of this theme and its urgency in the Brazilian political and social context. Faced with the rise of conservative and fundamentalist movements since 2015, the research addresses the setback in the historical achievements of Sexual Education, highlighting the impact of the 2018 presidential election. With the change in presidency in 2023, there is an expectation to reclaim emancipation and the role of education and sexuality in Brazil. The research adopts the mediation theory from the historical-cultural perspective as a basis, emphasizing the importance of this approach in teacher training and in their work in Brazilian schools. The main objective is to reflect on the teacher's role as an intermediary in transmitting knowledge about Sexual Education, contextualizing it politically, socially, and historically. The methodology is qualitative and exploratory, using the narrative review of academic-scientific production. Bibliographic research focuses on specific keywords, filling a gap in the relationship between historical-cultural psychology and Sexual Education. The three conceptual chapters explore the historical evolution of Sexual Education in Brazil, the importance of pedagogical mediation in Vygotsky's theory, and the challenges and perspectives in teacher training for Sexual Education. By analyzing the historical trajectory of Sexual Education in Brazil, from the challenges faced in the 1930s to recent conservative movements, the research emphasizes the need for an open and inclusive approach. Mediation, as discussed by Vygotsky and other authors, emerges as an essential practice in the educational environment, connecting the individual to knowledge and facilitating human development. The chapter dedicated to challenges in teacher training for Sexual Education highlighted the need to overcome gaps in training, emphasizing the crucial role of the school in forming critical and autonomous citizens, including emancipatory sexual education. Teacher mediation, as highlighted by various authors, proves fundamental in promoting dialogue, understanding, and respect. The intersection between psychology and Sexual Education underscores the psychologist's crucial role in addressing sexuality, not only guiding students but also contributing to the ongoing training of teachers. Teacher training is recognized as a key element in promoting educational practices that foster dialogue and understanding around sexuality. In summary, the research highlights the importance of Sexual Education as a fundamental element in the holistic education of students, emphasizing the need for public policies that promote the ongoing training of teachers. The historical-cultural approach emerges as a promising avenue to promote emancipatory Sexual Education. The research concludes with a provocation about the absence of psychology in teacher training, paving the way for future investigations into this gap and the promotion of closer collaboration between psychology and education.

Keywords: Historical-cultural psychology; teacher training; pedagogical mediation; social challenges; Sex Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS.....	10
3 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA: INSTRUMENTOS, SIGNOS E O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS.....	18
4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal a investigação sobre a intermediação do professor no processo de ensino-aprendizagem da Educação Sexual nas escolas. Considerando a complexidade e polêmica que envolvem essa temática, a pesquisa justifica-se pela necessidade de abordar a Educação Sexual no contexto escolar brasileiro, especialmente diante do cenário político e social marcado por movimentos conservadores e fundamentalistas.

A análise histórica revela que, a partir de 2015, um discurso anti-sexual ganhou força, buscando desfazer conquistas alcançadas desde a década de 60 no Brasil. O ápice desse movimento foi a eleição, em 2018, de um presidente alinhado a esses princípios, resultando em retrocessos políticos e sociais, especialmente nas áreas de liberdades sexuais e igualdade de gênero.

A resistência aos princípios cristãos, a polarização ideológica e a influência conservadora no ambiente educacional tornam-se evidentes. No ano de 2019, o discurso conservador representa desafios, especialmente na área da Educação Sexual, onde as liberdades sexuais duramente conquistadas precisavam ser mantidas e desenvolvidas.

Com a mudança na presidência em 2023, surge a expectativa de resgatar a emancipação e o lugar da educação e da sexualidade no Brasil. Diante desse contexto, a pesquisa visa compreender e analisar os marcos histórico-políticos do país como parte integrante da construção de uma Educação Sexual efetiva e intencional no ensino brasileiro.

A abordagem central da pesquisa fundamenta-se na teoria da mediação pela perspectiva histórico-cultural. Destaca-se a importância dessa abordagem na formação de professores e na atuação nas escolas do país. A mediação, entendida como a relação mediatizada entre professor, conhecimento e aluno, é considerada imprescindível para os processos de ensino-aprendizagem.

O objetivo principal da pesquisa é refletir sobre o papel do professor como intermediador na transmissão de conhecimentos acerca da Educação Sexual aos alunos. Para atingir essa meta, a pesquisa busca contextualizar o lugar da Educação Sexual nas escolas brasileiras sob os aspectos político, social e histórico.

Diante da carência de estudos específicos sobre psicologia histórico-cultural na Educação Sexual, a pesquisa propõe preencher essa lacuna, contribuindo para o crescimento do acervo nacional na formação de professores. Por fim, a discussão em torno da sexualidade,

dentro do contexto de ensino-aprendizagem, é considerada crucial para os desafios contemporâneos e futuros, justificando a relevância e necessidade deste estudo.

A metodologia utilizada compreende uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório. A revisão narrativa de produção acadêmica-científica foi adotada, permitindo flexibilidade nos critérios de busca e interpretação subjetiva dos dados. A escolha dos bancos de dados CAPES e *Google Acadêmico* justifica-se pela ampla oferta de produções científicas, facilitando o acesso a materiais relevantes.

A pesquisa bibliográfica foi restrita por conjuntos de palavras-chave, como “Histórico-cultural educação sexual”, “Educação sexual Brasil história”, e “Educação sexual psicologia”. Além dos materiais selecionados, a pesquisadora recorreu a livros anteriormente estudados, à tese de mestrado de Battisti (2016) e a produções acadêmicas próprias.

O trabalho estrutura-se, além da introdução e considerações finais, em três capítulos conceituais. O primeiro analisa a evolução histórica da Educação Sexual no Brasil, destacando influências políticas, sociais e culturais. O segundo capítulo explora a importância da mediação pedagógica na teoria de Vygotsky, ressaltando a centralidade das relações sociais no desenvolvimento humano. O terceiro capítulo aborda os desafios e perspectivas na formação docente para a Educação Sexual, destacando a necessidade de políticas públicas inclusivas.

Este capítulo buscou contextualizar a importância da pesquisa diante do contexto sociopolítico brasileiro, justificando a necessidade de compreender o papel do professor como intermediador na Educação Sexual. A metodologia adotada e a estrutura proposta fornecem a base para a investigação, que visa contribuir para uma abordagem mais efetiva e inclusiva da Educação Sexual nas escolas brasileiras. A pesquisa pretende, assim, preencher lacunas na formação de professores e na compreensão histórico-cultural da Educação Sexual.

2 CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Ao adentrarmos no capítulo, considerando a temática da mediação do professor no processo de ensino-aprendizagem acerca da Educação Sexual nas escolas, é imperativo retornar nosso olhar à trajetória histórica da Educação Sexual no Brasil.

Conforme Ribeiro e Bedin (2013, *apud* Godoy, 2018) apontam que, a educação sexual está empobrecida de estudos que trabalhem a sua especificidade ao longo da história do Brasil. Ainda mais, ao considerar-se uma Educação Sexual que acompanha o sujeito desde o nascimento até a sua inserção no campo sócio-cultural. Uma Educação Sexual que é “[...] contínua, indiscriminada e decorrente dos processos culturais, influenciando a manifestação de comportamentos e atitudes sexuais [...]” (Ribeiro; Bedin, 2013 *apud* Godoy, 2018 p. 273).

A Educação Sexual no Brasil tem seu reconhecimento e institucionalização a partir das primeiras décadas do século XX, com estudos pioneiros de José de Albuquerque em seu livro Educação Sexual (1934). As tratativas para institucionalizar essa área de educação provinham de médicos e educadores, os quais desenvolveram teorias e concepções científicas para a época, buscando uma sustentação teórica para suas práticas profissionais.

Diante disso, deve-se destacar a primeira tentativa, mal sucedida, de inserir a Educação Sexual em currículos escolares na década de 30. Em 5 de julho de 1933 foi criado o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES) sob direção de José de Albuquerque, justamente para contribuir na disseminação de informações e conhecimentos da Educação Sexual para os brasileiros. Ele também foi diretor e redator-chefe do Boletim de Educação Sexual e do Jornal de Andrologia, além de possuir diversas publicações com ideais eugênicos e higienistas da época. José de Albuquerque, a partir das concepções de Bedin (2016), buscava centralizar seus estudos em uma educação sanitária, a qual tinha o movimento de criar bons hábitos higiênicos sexuais. “Deveria, ainda, ser esta educação incluída nas escolas, tendo em vista o desenvolvimento pleno e integral dos indivíduos [...]. Também era defensor de que a educação sexual deveria ter início logo na infância, inclusive para as meninas” (Bedin, 2016 p. 26-27).

Surge também Monsenhor Álvaro Negromonte com suas ações educacionais catequéticas. Nos anos 30, o sacerdote fez diversas publicações com a centralidade da formação cristã de jovens, defendendo a castidade. E, como aponta Bedin (2016), há o confronto de princípios, de um lado está a Nova Escola, com ideais modernos e no outro está

a Igreja Católica, com ideais conservadores e repressores. Negromonte, nesse meio, serviu como propulsor para a temática da Educação Sexual para jovens, o qual trouxe a Educação Sexual Católica para o jogo.

De acordo com Rosemberg (1985), a Igreja Católica, até a década de 60, teve forte influência para inviabilizar a Educação Sexual nos currículos escolares. A autora ainda aponta que a igreja mantinha controle sobre as decisões relacionadas à educação no Brasil e, em particular, a católica, desde o século XIX, teve papel repressor da sexualidade e de tudo o que era inerente ao tema, vinculando-o exclusivamente à reprodução.

Segundo Bedin (2016), o século XIX pode ser determinado como o período em que o sexo e a sexualidade se tornaram elementos principais de estudo no Brasil. Inicialmente, a área da medicina procurava desenvolver pesquisas dentro do discurso sexual. Concomitantemente, é a partir da medicina que surge a área de Sexologia que, conforme a autora aponta, será a área que produzirá numerosos estudos acerca da Educação Sexual, acolhendo, além de médicos, educadores e psicólogos.

A partir da década de 60, após o Concílio Vaticano II¹ (Bueno; Ribeiro, 2018), a sexualidade passa a ser vista valorosamente, desde que atendendo aos preceitos católicos do matrimônio. Esse momento foi o promotor para que colégios católicos e instituições educacionais iniciassem o desenvolvimento de programas voltados à Educação Sexual.

Inerentemente ao processo de institucionalização da Educação Sexual no Brasil, é inevitável investigar os efeitos que o Golpe e a Ditadura Militar submeteram a essa área de estudo, através do antagonismo entre a repressão e a liberação da sexualidade. Além disso, apesar da década de 60 ser marcada pelos conflitos políticos, foi palco de discussões para movimentos estudantis, sociais e culturais, que lutavam pela liberdade sexual no país (Bueno; Ribeiro, 2018; Ribeiro; Monteiro, 2019). Apesar do regime militar da época, os estudos da Educação Sexual alcançaram uma autonomia à medida que a Ditadura se enfraquecia, essa independência foi alcançada graças à universidade (Bedin, 2016).

Entre guerras, surgem as “[...] primeiras experiências efetivas de educação sexual nas escolas brasileiras” (Bedin, 2016 p. 31). Experimentos sobre Educação Sexual foram realizados nas redes de ensino do Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte e São Paulo antes e

¹ “É um encontro de bispos cujo objetivo é precisar ou reorientar a doutrina da fé e fortalecer ou reformar a organização da Igreja. Ao contrário dos concílios regionais, um concílio ecumênico reúne os bispos da oikumêne, do mundo inteiro. Suas decisões devem ser aplicadas pelos fiéis de todo o mundo” (Fonte: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/506998-vaticano-ii-um-concilio-ecumenico#:~:text=%C3%89%20um%20encontro%20de%20bispos,fi%C3%A9is%20de%20todo%20o%20mundo>).

durante o regime militar de 1964. Conforme Bueno e Ribeiro (2018) descrevem, em São Paulo, esses movimentos começaram em escolas que procuravam uma renovação pedagógica.

Um ensaio de Educação Sexual foi implementado em escolas profissionalizantes do estado de São Paulo durante os anos de 1961 a 1969. Em Belo Horizonte, em 1963, implantaram programas de Educação Sexual no Grupo Escolar Barão do Rio Branco. E no Rio de Janeiro, em 1964 e 1968, nos colégios Pedro Alcântara, Infante Dom Henrique, etc.

Entretanto, devido ao Golpe de Estado de 1964, o governo baixou o Ato Institucional nº 5 quatro anos depois, gerando a suspensão de garantias constitucionais. Godoy (2018) aponta que ocorreu a manipulação de informações ideológicas, censurando os conhecimentos da Educação Sexual. Porém, surgiram formas de resistência, a ciência continuou seus estudos e pesquisas.

O regime militar imposto pela metade de 1960 dificultou e estacionou o desenvolvimento de programas e projetos em Educação Sexual, conseqüentemente causando um retrocesso nessa modalidade de ensino em construção. “A sexualidade, ainda associada à ‘subversão’, passa então a figurar como uma questão polêmica e alvo de repressão e de investigações, especialmente quando vinculada à educação de crianças e adolescentes” (Bueno; Ribeiro, 2018 p. 52).

Na década de 70, em plena vigência da Ditadura Militar, começam a surgir movimentos a partir de jovens de classe média, os quais formam uma revolução sexual, popularizando debates relativos à sexualidade e aos costumes tradicionais impostos.

É neste contexto que é gestado e vemos ressurgir o processo de institucionalização do conhecimento sexual no Brasil, que deu lugar a uma segunda fase iniciada nos anos 1980, consolidada ao longo dos anos subsequentes a partir da realização de congressos, criação de sociedades científicas e o surgimento de grupos de pesquisa em universidades (Bedin, 2016 p. 34).

Então Rosenberg (1985) destaca que o contexto político pós-Golpe de Estado afetou a Educação Sexual. Por isso, somente a partir de 1978, que a Educação Sexual volta às escolas oficialmente, com a regulamentação das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a qual determina a obrigatoriedade de inclusão de programas de saúde e sexualidade humana nos currículos escolares (Rufino *et al.*, 2013). A abertura política e a atenuação da censura foram fundamentais para o alcance desse marco.

Na década de 80, surgem diversas dissertações e teses produzidas em universidades, dessa forma promovendo o crescimento de grupos de investigação que passam a desenvolver

mais estudos e pesquisas sobre questões da sexualidade e Educação Sexual (Bedin, 2010 *apud* Bedin, 2016).

Essa realização propiciou a criação do I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas. Esse evento é o estopim para a crescente onda de estudos sobre a sexualidade e educação, criando-se um espaço para questionar tabus acerca da temática (Bueno; Ribeiro, 2018).

A década de 80 está marcada pelo surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a qual demandou o desenvolvimento de novos estudos acerca da sexualidade nas instituições de ensino. Além disso, a época é permeada pelo aumento considerável de gravidez precoce. Rufino *et al.* (2013) destacam a preocupação de pesquisadores e educadores na “juvenilização da AIDS²” e na diminuição do uso de contraceptivos e camisinha pelos jovens.

Nesse contexto é necessário promover a instrumentalização de profissionais tanto da saúde quanto da educação na perspectiva da redução das vulnerabilidades às DST entre os jovens, em qualquer ambiente que frequenta. No contexto educacional, a escola é considerada **espaço potencial** para socialização e troca de experiências e também reconhecida para trabalhar temas comportamentais (Rufino *et al.*, 2013 p. 984, grifo nosso).

A partir do surgimento dessa demanda no campo educacional, surgiu (e ainda surge) como questionamento as possibilidades metodológicas no processo de ensino-aprendizagem. Uma questão que busca ser respondida é: “Quais atividades foram desenvolvidas na época?”.

Pensando nessa questão, desenvolveram-se diversos projetos. Conforme relatam Bueno e Ribeiro (2018), realizou-se um projeto desenvolvido pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) em parceria com o Departamento de Educação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). O projeto foi direcionado para a rede estadual de ensino, envolvendo estudos preliminares e a implementação de experiências em seis escolas da capital, o que incluiu o treinamento dos professores. Com a integração de um programa de Educação Sexual no currículo dessas escolas, a referida temática foi incluída em disciplinas como Ciências e Programas de Saúde.

Em 1980, instituições visando o debate dessa temática foram criadas, as principais fundadas foram a Associação Brasileira de Educação Sexual (EDUSEX) e o Centro de Sexologia de Brasília (CESEX), Associação Brasileira de Educação Sexual (em São Paulo),

² O termo utilizado pelos autores refere-se ao aumento considerável de pessoas cada vez mais jovens estarem sujeitas e expostas à contaminação pelo vírus HIV e, concomitantemente, evoluírem para a AIDS.

Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH, em São Paulo), Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), Centro Avançado de Educação para a Saúde e Orientação Sexual (CAESOS), entre outros.

O GTPOS se destacou pelo papel em implementar a Orientação Sexual na rede oficial de ensino do Município de São Paulo de 1989 a 1992, e de 2003 a 2004. Além disso, teve atuação na elaboração do Caderno de Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)³ (Bedin, 2016). Portanto, a Educação Sexual faz parte do PCN desde 1996, esse documento nacional se estrutura a partir de propostas educativas, publicadas pelo Ministério da Educação e do Desporto em 1997. “A discussão sobre sexualidade está prevista no volume 10 – *Pluralidade Cultural e Orientação Sexual*” (Maia; Ribeiro, 2011 *apud* Godoy, 2018 p. 283, grifo do autor).

Nesse sentido, o termo “Orientação Sexual” foi utilizado a partir da década de 90 para remeter ações na escola de ordem da sexualidade. E ainda assim, havia autores que iam contra o termo, preferindo utilizar “Educação Sexual”. Somente em 2010 que surgiu o termo adicional “Educação para a Sexualidade”, ainda não sendo aceito por todos (Maia; Ribeiro, 2011 *apud* Godoy, 2018).

Houve também o projeto de Educação Sexual, conhecido como “Grupo de Trabalho de Formação e Capacitação de Professores em Orientação Sexual”, que ocorreu de 1984 até sua conclusão em 1998. Esse projeto tornou-se a iniciativa mais longa do gênero e foi incorporado à Lei Orgânica Municipal de Campinas em 1990 (Bueno; Ribeiro, 2018).

Nos anos 90, houve a criação de outras instituições, como: Instituto Kaplan (em São Paulo), Centro de Orientação e Desenvolvimento da Sexualidade (CEDES, em São Caetano do Sul), Instituto Paulista de Sexualidade (InPaSex, em São Paulo), Centro de Orientação e Educação Sexual (CORES, no RJ), Sexualidade & Vida (da USP), Núcleo de Estudos da Sexualidade (NES da UDESC), Grupo de Estudos Interdisciplinares em Sexualidade Humana (GEISH da UNICAMP), Núcleo Integrado de Educação Sexual (NIES da UEFS), entre outros.

Concomitantemente, há o aumento considerável de publicações, eventos, projetos e programas para a promoção da formação de professores em Educação Sexual (Bueno; Ribeiro, 2018; Ribeiro; Monteiro, 2019).

³ O PCN se refere à organização de projetos educacionais do ensino fundamental e médio, os quais devem conter, obrigatoriamente, conhecimentos como língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências naturais, educação física, arte e língua estrangeira. Além disso, enfatiza-se a transversalidade de temas sociais, sem se limitar a visão em uma única área de estudo (Moura *et al.*, 2011).

O PCN do ano de 1996 foi estabelecido em conjunto com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) com a proposta de inserir nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) temas como a Sexualidade em diversas áreas do conhecimento. Essa transversalidade, que Rufino *et al.* (2013) destacam em sua escrita, seria fundamental para o desenvolvimento da formação docente, fazendo-o perpassar em outras áreas do conhecimento.

Em continuidade com as ações desenvolvidas em torno da Educação Sexual no Brasil, em 1996 houve a criação do projeto da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, que em parceria com o Ministério da Saúde, denominou-se “Prevenção também se ensina: ação preventiva ao abuso de drogas/DST/AIDS entre crianças e adolescentes das escolas oficiais do Estado de São Paulo”.

O final da década de 90, conforme Ribeiro (2004 *apud* Ribeiro, 2009) destaca, foram projetos que surgiram como propulsores de espaços e debates acerca da temática da Sexualidade e Orientação Sexual nos âmbitos escolares. Entretanto, Ribeiro salienta que a frequente interrupção do desenvolvimento de projetos em decorrência das diversas mudanças de governos, afetou diretamente a qualidade deles.

Em uma análise crítica, Ribeiro ressalta que, apesar de o PCN de 1996 ter representado um avanço na história da Educação Sexual no Brasil, “[...] praticamente nada foi feito no sentido de formar professores capazes de trabalhar questões de sexo e sexualidade na escola” (Ribeiro, 2009, p. 138). No âmbito das ideias e das produções científicas, houve considerável enriquecimento naquela época, e pode-se afirmar que isso se estende até os dias atuais. Entretanto, no que tange a ações práticas e efetivas, há uma deficiência na capacitação e formação continuada de docentes para abordar essas questões de sexualidade (Ribeiro, 2019; Rufino *et al.*, 2013; Furlanetto *et al.*, 2018).

Em relação às ações científicas, no ano de 1997 há a criação do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Sexualidade (GPESS), pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E em 2000, houve a criação do Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX), também pela UNESP.

No final da década de 90 e do século XX, há o início das atividades com a internet no Brasil. Centro de pesquisas e universidades foram as pioneiras no seu uso e somente alguns anos depois que a população passou a fazer uso desse recurso digital (Bueno; Ribeiro, 2018).

A rápida conexão proporcionada pela internet foi alvo de críticas por parte de autores como Bueno e Ribeiro (2018), que salientam que a instantaneidade e a individualização das

relações afetivo-românticas surgiram como consequência desse avanço tecnológico. No entanto, eles também observam que “[...] o que não avançou muito foi a maneira de se relacionar” (Bueno; Ribeiro, 2018 p. 55). Em outras palavras, embora a tecnologia tenha facilitado e agilizado as trocas sexuais, as interações humanas mantiveram-se superficiais no aspecto do desenvolvimento afetivo. Não se consolidou uma “[...] Educação Sexual emancipatória, livre e libertadora; muitos transferem a carência afetiva e a fragilidade emocional para relacionamentos vazios e se frustram” (*ibid.*, p. 55).

Por isso, entre 1990 e 2015, o Brasil passa por diversas mudanças sociais e culturais ligadas à sexualidade. Ribeiro e Monteiro (2019) corroborando com Bueno e Ribeiro (2018), demonstram que houve ações governamentais para o desenvolvimento de projetos e programas voltados às questões de gênero e diversidade. Em 2012 é que há um pontapé rumo à formação de professores, há a criação do primeiro curso de Mestrado em Educação Sexual no país, na UNESP, na cidade de Araraquara (SP).

Como de praxe, a trajetória da Educação Sexual no país é caracterizada por altos e baixos. Em 2015, houve uma nova onda de discurso anti-sexual e conservadorismo que varreu o país. Os autores Ribeiro e Monteiro (2019, p. 1257) documentam que essa onda, a qual tinha como objetivo desfazer tudo o que havia sido conquistado desde a década de 60 no Brasil, foi alimentada por:

[...] fundamentalismo cristão exacerbado inicia uma cruzada contra atitudes, manifestações e discursos considerados contrários aos princípios ditos cristãos. Igualdade entre gêneros, diversidade sexual, homofobia, cidadania, liberdade de expressão são temas associados ao comunismo, à esquerda, ao petismo e passam a ser execrados por setores da sociedade que, até então ofuscados pela democracia, ganham força fazendo oposição ao então governo do Partido dos Trabalhadores.

Essa onda conservadora e fundamentalista culminou na eleição, em 2018, de um presidente, político de extrema-direita, que discursava desses princípios. Essa ação gerou diversos efeitos políticos e sociais, havendo um retrocesso para tudo que ultrapassa os preceitos religiosos (Ribeiro; Monteiro, 2019).

O presidente se torna uma imagem representativa de ideologias as quais muitas pessoas apoiam, até mesmo pessoas que integram a escola (professores, pais, diretores etc.) (Furlanetto *et al.*, 2018). Como Ribeiro e Monteiro (2019) apontam, o ano de 2019 estava permeado por desafios diante do discurso conservador, e as liberdades sexuais duramente conquistadas precisavam ser mantidas e desenvolvidas, principalmente no âmbito da Educação Sexual.

E apesar dessa repressão, no ano de 2019 há a elaboração do Dossiê “Sexualidade, gênero e educação sexual em debate” pela Revista Ibero Americana de Estudos em Educação (RIAEE). Dossiê que aborda os desafios atuais enfrentados na educação sexual diante do crescente discurso conservador. Destaca a importância da educação sexual como ferramenta emancipatória para compreender a realidade conturbada atual, garantir direitos e promover inclusão e equidade na população. O dossiê inclui 19 artigos que exploram diversos temas relacionados à educação sexual, tanto no ensino escolar quanto na ampliação de suas abordagens (Ribeiro; Monteiro, 2019).

Por fim, no ano de 2023, com a nova presidência do Brasil e um discurso diferente na área da educação, estima-se resgatar a emancipação e o lugar da educação e da sexualidade. A atual monografia considera esses marcos histórico-políticos do país, como uma forma de desenvolver mais subsídios para uma Educação Sexual efetiva e intencional no ensino brasileiro, propiciando um espaço de formação igualitária (Ribeiro; Monteiro, 2019).

Diante desse abrangente percurso histórico, político e social da Educação Sexual no Brasil, torna-se inegável a sua complexidade e os desafios que enfrentou e ainda enfrenta. O capítulo que ora se encerra proporcionou uma análise minuciosa desde as primeiras décadas do século XX até os dias atuais, destacando marcos importantes e abordando temas sensíveis como a influência da Igreja Católica, o regime militar, a criação de instituições e projetos de Educação Sexual, além das mudanças de paradigmas políticos que impactaram significativamente essa área.

O objetivo é não apenas reconhecer a evolução da Educação Sexual no cenário brasileiro, mas também promover reflexões sobre como a mediação pode ser uma ferramenta poderosa para promover uma Educação Sexual mais efetiva e inclusiva.

3 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA: INSTRUMENTOS, SIGNOS E O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS

O capítulo “Mediação pedagógica: instrumentos, signos e o papel do professor na construção de conceitos científicos” abordará a centralidade da teoria de Vygotsky⁴ (1991; 2001) nos processos psicológicos superiores, destacando a influência das relações sociais na formação do pensamento humano. Explorará o conceito de mediação, seus elementos (instrumentos e signos) e o papel crucial da linguagem como sistema simbólico. Enfatizará a relação entre pensamento e linguagem, destacando o significado das palavras e o conceito de sentido. Sublinhará a importância do professor como mediador na transmissão de conceitos científicos, adaptando o ensino às diferentes zonas de desenvolvimento proximal dos alunos.

Inicialmente em sua tese, Battisti (2016) enfatizará a relevância de Vygotsky (1991; 2001) em focar seus estudos no desenvolvimento dos processos psicológicos superiores dos seres humanos. Para Vygotsky, através da interpretação da autora, o pensamento lógico e mental, além da inserção e atuação do homem no mundo, “[...] são produções sociais que dependem das relações que o homem estabelece com o meio” (Battisti, 2016 p. 39). E, por conseguinte, é nessas interações sociais que o homem se constitui culturalmente.

Para Vygotsky (1991), ao considerar esses pressupostos, os processos que constituem o desenvolvimento e a aprendizagem são fundamentais, pois o aprendizado em si é um fator que contribui diretamente para a formação das funções psicológicas humanas. Vigotski (2001) destaca a formação do desenvolvimento sob dois campos, no plano social e no plano psicológico, que se pode entender como intersíquica e intrapsíquica, respectivamente. Ou seja, “[...] toda função psicológica superior primeiramente está presente no contexto social, entre os homens, para depois se transformar em função individual, ou seja, em função da consciência individual” (Battisti, 2016 p. 40).

A autora determina em seu estudo que, para a formação da consciência das funções psicológicas superiores, é necessária a atividade partir do sujeito, usando instrumentos socioculturais e signos para a mediação. Nesse sentido, “[...] *a mediação é fonte de desenvolvimento, como também de reorganização do funcionamento psicológico global*” (Battisti, 2016 p. 40, grifo da autora).

⁴ A ortografia do nome de Vygotsky pode ser encontrada sob diversas variações, como Vigotsky, Vygotsky, Vigotski, Vigotskii e Vygotski. No presente estudo, adota-se a grafia “Vygotsky”, contudo, nas citações e referências, preserva-se a forma original presente nas obras utilizadas.

A mediação, segundo Oliveira (2004, *apud* Battisti, 2016) discorre, entende-se como um processo de intervenção nas relações do homem com o meio. As relações não seriam diretas e sim **mediadas**. O autor destaca que Vygotsky adota dois elementos mediadores, os instrumentos e os signos, por meio de pressupostos marxistas acerca do trabalho e da formação da sociedade humana (Oliveira, 2004 *apud* Battisti, 2016). Através desses pressupostos, entende-se que “o trabalho, pela ação transformadora do homem sobre a natureza, une homem e natureza, e é no trabalho que se organizam a atividade coletiva e a criação e utilização de instrumentos” (Battisti, 2016 p. 40).

De forma geral, Oliveira (2004, *apud* Battisti, 2016) apresenta o instrumento como um elemento mediador entre o trabalhador e o objeto de trabalho, tornando-se o instrumento o mediador da relação entre o sujeito e o meio. Para além, Leontiev (1978, *apud* Battisti, 2016) destaca que o instrumento é um objeto social que está carregado de elementos histórico-culturais de gerações.

Ademais, o autor, pelas concepções de Battisti (2016), enuncia que o instrumento, para o homem, serve para apropriar-se de operações motoras que estão intrínsecas, “[...] sendo ao mesmo tempo um processo de formação de aptidões novas, de funções superiores psicomotoras que hominizam a sua esfera motriz” (Leontiev, 1978 *apud* Battisti, 2016 p. 41).

Acerca da conceituação do uso de signos, Vygotsky em 1991 afirma que é similar aos instrumentos. No entanto, o uso de signos trabalha no campo psicológico, eles serão instrumentos para as funções psíquicas do sujeito. Paralelamente, em instrumentos e signos, as funções mediadoras são suas características fundamentais. A diferença entre eles limita-se aos seus campos de atuação (interpsíquico e intrapsíquico).

Conforme Smolka (2004) aponta, o signo atua como um elemento “mediador, operador, conversor” nas relações sociais, assim corroborando com os autores supracitados. Novamente, Oliveira (2004, *apud* Battisti, 2016) apresenta mudanças essenciais no uso de signos, através da internalização é possível transformar marcas externas em processos internos de mediação. Para uma organização interna, há a utilização de sistemas simbólicos que Vygotsky desenvolve em seus estudos. São esses sistemas que propiciarão o desenvolvimento de processos mentais superiores e, novamente, as relações sociais são destacadas para a construção desses eventos internos.

Nesse sentido, Battisti (2016, p. 42) evidencia que os signos serão compartilhados pelo grupo social, pois “[...] é no grupo do qual o indivíduo faz parte que fornece formas de perceber e organizar o real, as quais constituem instrumentos psicológicos que fazem a

mediação entre o indivíduo e o mundo”. Através do contato com seus pares e com o meio, o sujeito constrói seu sistema de signos, por exemplo, a linguagem sendo um sistema simbólico mais básico nas relações humanas e instrumento basilar da mediação.

Até mesmo Oliveira (2004, *apud* Battisti, 2016) indica que a linguagem entre as relações humanas possibilita processos singulares como a generalização e a abstração. Sob esses princípios, pode-se entender que o signo é uma forma de constituir o pensamento, pois “[...] o homem produz linguagem e se produz na e pela linguagem” (Battisti, 2016 p. 43). Vigotski (2001) entende que a relação entre o pensamento e a linguagem está direcionada ao significado da palavra, sendo este o elo entre eles.

[...] A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. [...] Do ponto de vista psicológico o significado da palavra não é senão uma generalização ou conceito. [...] Toda generalização, toda formação de conceitos é o ato mais específico, mais autêntico e mais indiscutível de pensamento. Conseqüentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno do pensamento (Vigotski, 2001 p. 398).

Além disso, Vygotsky afirma que a palavra é mutável, ela se modifica a partir dos processos de desenvolvimento do sujeito e suas formas de pensamento. O significado da palavra é o eixo das funções básicas da linguagem, sendo elas o intercâmbio social e o pensamento generalizante.

Os significados possibilitam um meio de mediação entre o sujeito e o meio, já que eles são constituídos a partir de contextos sócio-históricos e gravados nas palavras. “Assim, quando o significado de uma palavra é apropriado, se está dominando uma experiência social” (Battisti, 2016 p. 44).

A partir da conceituação do significado, Vigotski (2001) trabalha com o conceito de sentido, sendo uma ótica da linguagem interior do sujeito acerca da linguagem exterior. O autor constata que o sentido da palavra é um conjunto de elementos que emergem na consciência do indivíduo. O sentido é complexo e fluido, diferente do significado que faz parte desse conjunto, como um elemento mais estável e exato. “[...] em contextos diferentes a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos” (Vigotski, 2001 p. 465).

A partir das concepções de Battisti (2016), é possível afirmar que os sentidos são construídos através das situações em que o sujeito se coloca, por isso, a característica de

fluidez e mutabilidade. A autora reafirma ao apontar que: “[...] o sentido é sempre o sentido para alguém. Já o significado permanece, [...] estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos [...]” (Battisti, 2016, p. 45).

Em relação aos sentidos, Smolka (2004) afirma que eles serão construídos por meio de vários entrelaçamentos, desde sensações e emoções até as interações entre pares e suas experiências. Por meio de uma lógica coletiva, como ele destaca, o sujeito é apresentado a múltiplos significados já existentes e criando novos.

A significação, nesse caso, entra como produtora de sentidos e significados, sendo fundamental para o desenvolvimento cognitivo, principalmente no que converge das relações sociais em funções mentais. Sob esses entendimentos, Leontiev (1978, *apud* Battisti, 2016) afirma que um instrumento incorporado ao sujeito, sendo ele físico ou simbólico, se refere às formações de ações e operações motoras e mentais para que o sujeito faça uso desse instrumento. Destaca-se que a apropriação desse instrumento também diz acerca da assimilação de experiências de gerações passadas: “[...] este processo realiza-se precisamente sob a forma da aquisição das significações e na medida desta aquisição. *A significação é, portanto, a forma sob a qual um homem assimila a experiência humana generalizada e reflectida*” (Leontiev, s.d. *apud* Battisti, 2016 p. 45, grifo do autor).

A autora Battisti (2016) enuncia que a significação nada mais é que a generalização da realidade a partir do olhar do homem através da formação de conceitos e saberes. “A significação mediatiza o reflexo do mundo pelo homem, na medida em que ele tem consciência deste, ou seja, na medida em que o seu reflexo do mundo se apoia na experiência da prática social e a integra” (Battisti, 2016 p. 46). Logo, ela continua a elaborar que, a forma de apropriação e assimilação, depende da subjetividade de cada indivíduo.

A partir das considerações de Leontiev (1978), Battisti aponta que o sentido se dará a partir das vivências do sujeito e sua atividade, ao estar em atividade, o sujeito associa significações sociais com sentidos pessoais. Por isso, a autora destaca que a relação do sujeito com seus pares e com o mundo exterior é uma relação mediada por meio de instrumentos e signos. Ela associa que todas as relações sociais são mediadas, até mesmo a relação entre o pensamento e a linguagem, utilizando o significado como mediador.

Ao todo, Vygotsky e Leontiev abordam o conceito de mediação, porém deve-se destacar que os autores trabalham sob diferentes concepções. Vygotsky, como apontado por Battisti, enfatiza o uso do signo para estruturação da relação do homem com o meio. No entanto, Leontiev discute os processos de internalização e a cultura para estabelecer

apropriações dos significados através do trabalho e da atividade. O estudo desenvolvido neste Trabalho de Conclusão de Curso adota principalmente a perspectiva vygotskiana como subsídio, e Leontiev é citado como autor paralelo.

Ao trazer entendimentos das significações sociais, percebe-se a relação direta do conceito de mediação para as suas produções. Os instrumentos, tanto físicos quanto simbólicos, são elementos essenciais para o processo mediador do homem com o meio. Sob a perspectiva histórico-cultural, toda ação do homem, ao longo da sua historicidade, precisa do uso de instrumentos mediadores (Bernardes; Moura, 2009 *apud* Battisti, 2016).

Justamente, Moura, Sforzi e Araújo (2011) apontam que o uso de signos e da própria atividade são fundamentais na perspectiva histórico-cultural. Por meio de ações, o homem “[...] domina o uso de instrumentos e um sistema de significações elaborado historicamente” (Moura; Sforzi; Araújo, 2011 p. 44). E como Battisti (2016) reafirma, a atividade se torna uma ação “mediada” e “significada”.

Um ponto que Leontiev (1978, *apud* Battisti, 2016) destaca, é que as apropriações não são dados ao sujeito. Para que este processo ocorra, são necessárias as interações entre os homens, uma comunicação perpassada entre gerações por um outro mais experiente. O sujeito passa pelo processo de educação desses conhecimentos acumulados pelo par de forma intencional por meio de instituições formais e informais de ensino (Moura; Sforzi; Araújo, 2011). Esse fato não exclui a possibilidade de apropriar conhecimentos de formas não-intencionais, porém, conforme Moura et. al. (2010, p. 213) apontam, é no “[...] processo de educação escolar que se dá a apropriação de conhecimentos aliada à questão da intencionalidade social [...]”.

Quando se aborda a educação, é imprescindível reconhecer que há, como Leontiev destaca, a necessidade de evolução dela para as gerações futuras. Ao criar novas instituições de ensino, desenvolvimento de formas especializadas e mudanças nos procedimentos metodológicos, a sociedade constrói um novo caminho para a ciência pedagógica (Leontiev, 1978 *apud* Battisti, 2016).

Seguindo essa linha de raciocínio, Battisti (2016) eloquentemente aponta para a formação do professor, um sujeito que se encontra em atividade de ensino, o qual procura agir intencionalmente na promoção do ensino e aprendizagem para o estudante. Para Moura *et al.* (2010) a atividade de ensino é vista como uma forma de inserção de grupos sociais ao coletivo, além de contribuir para a formação de um espaço de aprendizagem e apropriação de

conhecimentos sócio-culturais, disponibilizando ferramentas para o desenvolvimento das capacidades dos sujeitos.

Retornando ao conceito de mediação, Sforni (2008, *apud* Battisti, 2016) apresenta duas vias da mediação: a relação entre os pares e a relação do sujeito com os conceitos. Nesse caso, a mediação pode ser vista como uma mediação social, o indivíduo “[...] entra em comunicação prática e verbal com outros sujeitos que já dominam as ações e operações com os mediadores culturais” (Sforni, 2008 *apud* Battisti, 2016 p. 64).

No ambiente escolar, o autor apresenta uma “dupla mediação”, uma delas representando a relação entre o professor e estudantes e a outra representando a relação dos estudantes e o conteúdo escolar. Pode-se dizer, a partir dessa concepção, que o professor atua como **intermediador**, um sujeito mais experiente que, usando elementos mediadores como instrumentos e signos, pode propiciar um espaço de transmissão de novos conhecimentos ao estudante. Justamente, Battisti (2016, p. 64) destaca que “[...] a relação entre estudante e professor se estabelece com e a partir de instrumentos e signos”.

No entanto, para além desses processos, precisa ser enunciado a necessidade estabelecer espaços e interações sociais para haver o desenvolvimento global das funções mentais superiores. Como Battisti (2016) denota, a elaboração conceitual precisa ser desenvolvida de forma consciente e objetiva, mediante espaços formais de ensino que detêm o propósito de transmissão de conhecimentos e alcance de novas significações.

Como Vygotsky elabora em seus estudos (1991; 2001), há os conceitos espontâneos, apresentados no cotidiano do sujeito, que são elaborados de forma subjetiva e intuitiva. Porém, há os conceitos científicos, os quais, a apropriação se dá intencionalmente e não instintivamente, sendo preciso sistematização e logicidade, focando no plano mental. Sendo assim, “A mediação docente consiste em criar condições capazes de estabelecer processos de aprendizagem que possibilitem aos estudantes a apropriação do significado de conceitos científicos” (Battisti, 2016 p. 65).

Nesse momento, Sforni (2008, *apud* Battisti, 2016 p. 66) surge para reforçar a importância do professor como mediador, ou melhor dizendo, intermediador da transmissão de conceitos científicos. Já que “[...] aprendizado adequadamente organizado pelo professor resulta em desenvolvimento mental e coloca em movimento vários processos que, de outra forma, não seriam passíveis de acontecer”.

Ao considerar que os estudantes são sujeitos singulares, em diferentes níveis do desenvolvimento mental, os espaços formais de ensino e seus docentes precisam estar

preparados para trabalhar com essas diferenças. Partindo de pressupostos vygotskianos, precisa-se considerar a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)⁵ de cada estudante, permitindo o trabalho intermediador do professor em trazer conceitos científicos para acrescentar ao que o aluno traz como bagagem conceitual. Battisti (2016, p. 67) afirma que “[...] é somente na relação entre sujeito-conhecimento-sujeito que a mediação se torna um conceito fundamental ao desenvolvimento humano e, com isso, relevante em contextos de ensino e de aprendizagem”.

A mediação docente:

[...] inicia muito antes da aula propriamente dita, já acontecendo ao organizar-se a atividade desencadeadora de aprendizagem, ao planejarem-se situações de comunicação prática e verbal entre professor e estudantes, entre estudantes e estudantes em torno das ações com o objeto da aprendizagem (Sforni, 2008 *apud* Battisti, 2016 p. 67).

Novamente, enfatiza-se que o docente tem um papel além de ajuda, volta-se para uma abordagem individualizada, permite ao professor estabelecer uma conexão entre os conteúdos curriculares e a realidade dos alunos, tornando o processo de aprendizagem mais enriquecedor. Ao adaptar a metodologia e promover uma abordagem sensível às necessidades individuais, o professor fortalece a mediação pedagógica, facilitando o acesso e a assimilação do conhecimento pelos estudantes. “Uma mediação de qualidade, intencional, focada e planejada contribui na aprendizagem [...], independente, de suas dificuldades. É papel do mediador (professor) contornar os obstáculos e escolher ações que potencializam o desenvolvimento de cada aluno” (Santos; Battisti, 2022, n.p.).

Concluindo, o capítulo explorou minuciosamente a teoria de Vygotsky sobre a centralidade das relações sociais e da mediação nos processos psicológicos superiores. Ao percorrer as contribuições de diversos autores, desde Battisti até Smolka e Leontiev, delineou-se a complexidade da mediação, destacando os elementos fundamentais de instrumentos e signos. A análise aprofundada sobre a relação entre pensamento e linguagem, a distinção entre significado e sentido, e a importância da mediação na educação proporcionaram uma compreensão abrangente do papel essencial da mediação docente na

⁵ A Zona de Desenvolvimento Proximal ou Zona de Desenvolvimento Potencial (ZDP) se refere a um espaço de desenvolvimento, inerente a todos os sujeitos. Essa zona é característica pela sua mutabilidade e absorção de novos conhecimentos a partir de outro sujeito mais experiente. “[...] é um domínio psicológico em constante transformação, pois o que a criança faz hoje com ajuda de alguém poderá vir a fazer sozinha amanhã” (Vigotski, 2001 *apud* Battisti, 2016 p. 66).

transmissão de conceitos científicos e no desenvolvimento das funções mentais superiores dos alunos.

Diante disso, a mediação não é apenas um conceito teórico, mas uma prática crucial que permeia o ambiente educacional. O professor, ao atuar como intermediador, não apenas facilita o acesso ao conhecimento, mas também molda a experiência de aprendizagem de maneira adaptativa e sensível às necessidades individuais dos alunos. Assim, a mediação emerge como um fio condutor essencial para a compreensão e promoção do desenvolvimento humano, desdobrando-se como uma ponte vital entre o sujeito e o conhecimento, entre o indivíduo e a sociedade.

4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

O capítulo intitulado “Desafios e Perspectivas na Formação Docente para a Educação Sexual: Uma Abordagem Histórico-Cultural e a Necessidade de Políticas Públicas Inclusivas” explora a temática da Educação Sexual no ambiente escolar, enfatizando seu papel essencial na transmissão de conhecimentos historicamente acumulados. O texto destaca diversos autores que contribuem para a discussão sobre a importância da escola como um espaço propício para o debate, reflexão e acolhimento dos jovens. Além disso, são analisados desafios enfrentados, como a tendência à biologização da sexualidade, a falta de preparo dos professores e a influência de discursos repressivos na cultura. A interseção entre psicologia e Educação Sexual é abordada, com ênfase na influência da psicanálise e no papel do psicólogo na formação de professores. Por fim, o capítulo ressalta a necessidade premente de políticas públicas que promovam a formação continuada dos professores, reconhecendo-a como um passo crucial para lidar com os desafios complexos no âmbito da Educação Sexual.

A escola, conforme destacado por Maia e Ribeiro (2011), tem o papel fundamental na sociedade de transmitir conhecimentos historicamente acumulados. O espaço propicia um lugar de debate e reflexão, “[...] é na escola que se espera que os indivíduos aprendam a adotar práticas preventivas visando à constituição de cidadãos críticos e autônomos, o que inclui uma educação sexual emancipatória” (Maia; Ribeiro, 2011 p. 78).

Os autores Bueno e Ribeiro (2018, p. 55) apontam que “visando uma Educação Sexual emancipatória, é preciso que as escolas oportunizem momentos de diálogos e se envolvam em projetos, nos quais os próprios gestores possam se mobilizar e ver a relevância e importância que o tema apresenta na vida das pessoas”. Sob essa perspectiva, reafirma-se a importância do ambiente escolar ser um lugar de acolhimento e escuta dos jovens.

Em concordância com os autores supracitados, Rufino *et al.* (2013) discorrem sobre a importância da escola como rede de apoio aos estudantes. Sendo uma instituição de ensino a qual oferta um espaço seguro de socialização, desenvolvimento da autonomia, identificação grupal e troca de experiências. A escola é imprescindível para a promoção da Educação Sexual, justamente pela posição que o docente é posto, um lugar de familiaridade e acolhimento no espaço escolar.

Rufino *et al.* (2013, p. 984) apontam que:

[...] é de responsabilidade do sistema escolar promover a educação integral da criança e adolescente [sic] é necessário que se discuta a sexualidade por meio da educação sexual de forma integral e multidisciplinar, pautado na transversalidade como já proposto pelo Parâmetro Curricular Nacional (PCN).

Ao refletir sobre a atuação do professor, Moura *et al.* (2011) apontam que para além da transmissão de conhecimentos ao aluno, o processo de ensino e aprendizagem em vigor nos PCN abrange tanto o conhecimento do professor quanto os conhecimentos que o aluno carrega. Logo, os autores afirmam que o professor atua como um mediador desse processo, mas nesse estudo considera-se a atuação do professor como um **intermediador**, no sentido de servir como ponte, utilizando de instrumentos e signos para promover esse diálogo (Battisti, 2016).

Sob essa proposta, a atuação do professor não necessariamente precisa ser a de um especialista em Educação Sexual, mas ele precisa estar capacitado para mobilizar o ambiente escolar através da articulação de conteúdos e proposições para reflexões e debates. Justamente, Battisti (2016, p. 57) aponta que “[...] o educador não tem o domínio total de todo o percurso do ensino, mas é seu papel preponderante dar sentido coletivo ao objeto de ensino, colocando os alunos em atividade de aprendizagem”. À vista disso, o professor atua como intermediador entre o aluno e o conhecimento.

Como apresentado anteriormente de forma breve, os PCN determinam a necessidade de transversalidade ao tratar de conhecimentos de temas sociais, incluindo, nesse caso, a Educação Sexual. A transversalidade surge como forma de escapar do engessamento que as outras áreas do conhecimento possuem em relação ao conteúdo e ações pedagógicas. Em discussões sociais, é necessário olhar sob diferentes perspectivas e áreas.

Conforme Moura *et al.* (2011), os PCN indicam que a sexualidade seja trabalhada em escolas de forma que destaque relevância desta para a vida das pessoas. A escola tem como função trabalhar as emoções e entendimentos dos alunos acerca da sexualidade, considerando os conhecimentos que os alunos trazem de sua casa, do seu núcleo familiar e social. A partir dessas discussões, há a possibilidade de que esses sujeitos em formação desenvolvam sua autonomia e discernimento do assunto que é tão polêmico na sociedade.

Para os PCN, a escola atua como um lugar propício para disponibilizar informações confiáveis para os alunos, já que esse lugar está permeado de sujeitos em diversas etapas do desenvolvimento. A escola teria um lugar favorável para trabalhar as diversas questões que são inerentes da sexualidade, questões naturais para crianças e adolescentes, desde: “[...]”

discutir tabus, preconceitos, discutir as mensagens dos meios de comunicação, da própria família e da sociedade, assegurando ao aluno condições para que ele desenvolva atitudes coerentes com os seus valores” (Moura *et al.*, 2011 p. 438).

Uma problemática em relação à Educação Sexual em escolas que Moura *et al.* (2011) apontam é a biologização da sexualidade, não há a transversalidade de áreas preconizadas nos PCN. Além disso, os autores enfatizam a falta de capacitação dos professores para trabalhar esses temas sociais (Moura *et al.*, 2011; Maia *et al.*, 2012).

Também não se pode ignorar o que Moura *et al.* (2011) apontam, e diversos autores que eles citam em seu estudo, de que os interesses da escola não são neutros como deveriam. Indicam que para além de fornecer conhecimentos, a escola exerce função ativa em barrar e limitar a autonomia dos alunos em relação aos temas sociais, como a sexualidade. Conjuntamente, a moralidade é usada como repressão e deturpando o real senso de responsabilidade dos jovens.

Comprova-se ao trazer um recorte de Altmann (2007 *apud* Moura *et al.*, 2011, p.439) acerca da sexualidade como:

[...] foco de investimento político e instrumento de tecnologia de governo”, e considera o espaço escolar como privilegiado para o controle e exercício do poder, do biopoder, através de práticas de gerenciamento da vida sexual das crianças e dos jovens e da regulação das populações. Isso porque a escola possibilita a relação entre a comunidade, a informação e a transmissão de conhecimento, por meio da educação sexual: quando a escola é chamada a intervir ela busca intervir na vida do corpo e na vida da espécie, na saúde individual e coletiva, na vida dos jovens bem como na regulação e organização da população.

Moura *et al.* (2011), Quirino e Rocha (2013) introduzem de maneira perspicaz a concepção foucaultiana de biopoder, argumentando que a implementação da Educação Sexual nas escolas visa, essencialmente, submeter os corpos dos indivíduos. Sob essa ótica, o educador emerge como a personificação da instituição escolar, que por sua vez representa o aparato governamental e, de forma mais ampla, a própria sociedade. O processo educacional, então, revela-se como um mecanismo de regulação e disciplinamento, refletindo não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também um meio de moldar e controlar os corpos dos educandos (Moura *et al.*, 2011; Quirino; Rocha, 2013).

Segundo as ideias anteriormente apresentadas dos PCN, a Educação Sexual em escolas deveria adotar um papel diferente das disciplinas de outras áreas. Moura *et al.* (2011) em diversos momentos aponta para a possibilidade de construir um espaço de diálogo onde a temática pode ser trabalhada de forma dinâmica e não somente explanação de conceitos.

A sexualidade, conforme preconizam os PCN e a OMS, é constituinte e individual a cada sujeito. Vai além da ideia de reprodução e prazer, abrangendo emoções e relações interpessoais. “Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico” (PCN, 1997 *apud* Moura *et al.*, 2011 p. 441).

Por isso, é inadmissível trabalhar a Educação Sexual em escolas sob um viés unicamente orgânico, desconsiderando completamente questões psicológicas, sociais e culturais. Meirelles (1997, *apud* Moura *et al.*, 2011) destaca que a sexualidade deve ser educada pensando na não exclusão. A família e a escola devem se apoiar em ações educativas que conversem entre si e atuando em conjunto para promover uma sexualidade emancipatória dos sujeitos.

A sexualidade, sob a perspectiva de Moura *et al.* (2011), não se restringe a uma disciplina escolar, sendo um tema transversal, ela circula para além da sala de aula. Considerando os PCN, a temática pode e deve ser abordada sob diversos vieses e em diferentes contextos do cotidiano do aluno. Nesse caso, o professor precisa estar capacitado para intervir, independentemente de sua formação ou suas convicções.

Os autores Moura *et al.* (2011) apresentam as concepções de Zanella (2001) em relação à aprendizagem, pois ela vai além da transmissão de conhecimentos e conteúdos científicos. Segundo Zanella, a aprendizagem está profundamente relacionada à apropriação da cultura e não somente em conteúdos científicos. E como elaborado por Leontiev (1978, *apud* Battisti, 2016; Maia *et al.*, 2012), o homem é ser social, mas para ser inserido em sociedade é necessário que se aproprie da cultura.

Enquanto Zanella destaca a relação entre aprendizagem e apropriação da cultura, é fundamental compreender como o conceito de mediação se insere nesse contexto educacional, especialmente ao abordar temas sensíveis como a Educação Sexual. A mediação, nesse cenário, torna-se um elo essencial para estabelecer uma abordagem educacional eficaz e sensível, promovendo a compreensão dos estudantes sobre a complexidade da sexualidade.

O conceito de mediação, quando utilizado como base nessas ações, propicia a interpretação das atividades humanas como socialmente mediadas, pois “[...] formas de mediação se fazem presentes tanto no instrumento que condensa elementos históricos de produção humana, quanto na própria pessoa que, fazendo parte das práticas sociais, internaliza e se apropria dos modos culturalmente elaborados de ação” (Battisti, 2016 p. 62). No ambiente escolar, essa dinâmica funciona como uma tríade, dos processos de

ensino-aprendizagem, professor-conhecimento-aluno. A mediação viabiliza a apropriação de novos conhecimentos pelo aluno.

Continuando a exploração da Educação Sexual, destaca-se a necessidade de situar essa temática em um contexto histórico-cultural. Este enfoque não apenas enriquece a compreensão da sexualidade, mas também amplia as possibilidades de diálogo e reflexão crítica sobre suas dimensões sociais e culturais.

Ao discutir a mediação no ambiente escolar, é crucial ressaltar a importância do fortalecimento da relação entre professor e aluno, especialmente quando se trata de abordar temas sensíveis, como a Educação Sexual. Para haver a intermediação docente na Educação Sexual, é necessário o fortalecimento da relação entre professor e aluno, uma relação essencial para estabelecer novas formas de conhecimento (Santos; Battisti, 2022). E o ambiente escolar pode favorecer esse laço, uma vez que o professor toma um lugar de referência como grande detentor de conhecimentos. Rufino *et al.* (2013) apontam que esses pontos são fundamentais para os adolescentes, por exemplo, se sentirem acolhidos em suas angústias, nesse caso, em relação à sexualidade.

Dando continuidade à discussão sobre a Educação Sexual, é relevante abordar a perspectiva de Vygotsky sobre as zonas de desenvolvimento proximal dos alunos.

Como discutido anteriormente, isso se torna especialmente relevante quando aplicado à temática da sexualidade, exigindo estratégias pedagógicas que despertem o interesse e desafiem os estudantes. Corroborando com as ideias de Vygotsky (1991, 2001) e Battisti (2016) trabalhadas no capítulo anterior, Zanella (2003, *apud* Moura et al., 2011) afirma que a sala de aula deveria ser pensada a partir das zonas de desenvolvimento proximal dos alunos. No caso da sexualidade, uma temática que é inerente à constituição de cada sujeito, estabelecer pautas que produzam interesse nos jovens, que os desafiem e propiciem um espaço de somar aos conhecimentos que eles já possuem (Maia *et al.*, 2012; Maia; Ribeiro, 2011; Godoy, 2018).

Em relação à Educação Sexual, Bonfim (2010) determina que a sexualidade está inerentemente conectada com a cultura e as relações sociais entre pares. A biologia tem seu papel, porém ao tratar da sexualidade humana não consegue comportar todas as manifestações historicamente construídas. Conforme Bonfim enfatiza a conexão intrínseca entre sexualidade, cultura e relações sociais, é imperativo que a Educação Sexual vá além de abordagens biologicistas, incorporando discussões histórico-culturais que promovam uma compreensão mais abrangente.

Em consonância, Dinis e Asinelli-Luz (2007), Maira *et al.* (2012) e Figueiró (2009) destacam que o trabalho da Educação Sexual deve ser de problematizar a sexualidade, trazer para pauta discussões de caráter histórico-cultural, discutir e conscientizar os discursos normativos que circulam a sociedade. O professor, sob uma perspectiva histórico-cultural, atuaria como intermediador nesses processos de ensino e aprendizagem.

Ao destacar a necessidade de problematizar a sexualidade, como defendido por Dinis e Asinelli-Luz, torna-se evidente que a Educação Sexual desempenha um papel crucial na conscientização dos discursos normativos e na construção de uma perspectiva histórico-cultural sobre o assunto.

O potencial dinamizador da Educação Sexual poderá ser explorado em toda a sua extensão, se for aliado a um trabalho de instrumentalização do educando, para que seja um sujeito ativo em todo o processo de aprendizagem. Uma das melhores e mais completas formas de se chegar a isso é através da formação do leitor. À medida que o professor desenvolve no aluno o gosto pela leitura e o ajuda a encarar os livros como fontes de informação, onde ele pode buscar, além do conhecimento e entretenimento, respostas para muitas dúvidas, o estará instrumentalizando para que possa continuar se auto-educando e se atualizando constantemente, ao longo de sua vida (Figueiró, 2001 *apud* Figueiró, 2009, p. 162).

Sob uma perspectiva histórico-cultural, pode se dizer que o professor adotou ações pedagógicas intencionais e focadas na formação do leitor, ele usou instrumentos para passar conhecimentos ao aluno, o livro sendo uma fonte inesgotável de informações. Concomitantemente, Maia e Ribeiro (2011) destacam que a Educação Sexual é um processo intencional e focado no desenvolvimento do aluno, tornando-o apto a construir sua própria identidade, valores e concepções de forma democrática e emancipada.

Dinis e Asinelli-Luz desenvolvem a ideia da sexualidade sob uma perspectiva histórico-cultural, afastando-a do olhar biologicista. Novamente, Foucault (1988) é trazido para falar da repressão e silenciamento da sexualidade, porém, Dinis e Asinelli-Luz (2007) e Bonfim (2010) elaboram que na modernidade, os discursos sobre a sexualidade são expostos na mídia e as formas de controle tomam outras formas. No entanto, deve-se notar que ainda há, até os tempos atuais, a cultura repressiva por meio de discursos religiosos e/ou familiares que atrasam os avanços da Educação Sexual nas escolas.

Para além, os autores deixam explícito que à Educação Sexual não tem trabalho de orientar, a orientação sexual — um termo equivocadamente utilizado por muito tempo — do sujeito é uma construção subjetiva e histórico-cultural. Como Altmann (2001 *apud* Dinis;

Asinelli-Luz, 2007, p. 84) aponta: “[...] a sexualidade e o sujeito são pensados como essências sob as quais há um investimento da cultura”.

A psicologia, conforme Moura *et al.* (2011) assinalam, está intrinsecamente relacionada à sexualidade, principalmente com a inserção da psicanálise nessa área. Nesse caso, a Educação Sexual seria voltada para aspectos da sexualidade que são constitutivos ao sujeito que, conforme Freud (1996) aponta, inicia-se na infância e desenvolve-se em diferentes fases do desenvolvimento e é inerente a todos (professores, funcionários, alunos, familiares, etc.). Assim, a partir do trabalho extenso de Freud acerca da sexualidade infantil, esse tema adota uma dimensão para além do orgânico, trazendo questões de gênero, trabalho, formação e até religião (Moura *et al.*, 2011).

Sobre o trabalho do psicólogo, Moura *et al.* enunciam que:

[...] tem algum diferencial em sua formação no que diz respeito à capacitação para intervir em assuntos de sexualidade. Uma das instrumentalizações mais importantes desse profissional é a sua escuta qualificada, em que não se deve sobrepor os juízos morais, sendo essa considerada a abertura a assuntos polêmicos e à diversidade de opiniões, inclusive preconizada pelo código de ética dessa profissão [...] (Moura *et al.*, 2011 p. 441).

O papel do psicólogo, crucial na abordagem da sexualidade no ambiente escolar, destaca-se não apenas na orientação direta aos estudantes, mas também na relevância de seu envolvimento na formação inicial e continuada dos professores. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que o papel do professor não se restringe unicamente à orientação dos estudantes, mas deve contemplar, de maneira ampla, a promoção de práticas educativas que favoreçam a compreensão e o diálogo em torno da sexualidade (Moura *et al.*, 2011; Furlanetto *et al.*, 2018).

As autoras, Maia *et al.* (2012) destacam que o trabalho da Educação Sexual em escolas alinha-se à prática da psicologia escolar no processo de “humanização”, num sentido de considerar a individualidade dos estudantes. O profissional docente precisa estabelecer um ambiente de socialização de saberes e pensamento crítico, porque, por meio desse processo, os jovens conseguem romper discursos repressivos e equivocados acerca da sexualidade (Quirino; Rocha, 2013).

Portanto, é imperativo considerar a capacitação e atualização constante dos educadores, integrando a perspectiva da Educação Sexual de forma abrangente em sua formação profissional. Dessa maneira, as interações entre psicólogos e professores emergem

como uma abordagem integrativa e abrangente, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e sensível às questões relacionadas à sexualidade.

Uma discussão recorrente quando se pensa em Educação Sexual é a falta de um profissional capacitado para esse trabalho. Como Moura *et al.* (2011) expressam, o problema em questão é passado de mão em mão, como uma “batata quente”, deixando a discussão inacabada e sem soluções concretas.

Novamente, a relação da psicologia com a Educação Sexual pode ser benéfica, tanto para os estudantes, quanto para os professores. A inserção da psicologia nas escolas e no processo formativo de docentes contribui para haver novas possibilidades de ações pedagógicas. Essas mudanças afetam uma rede de conexões sociais que se originam da instituição formal de ensino e alcançam a sociedade.

A formação continuada do profissional da educação é essencial para o enriquecimento de conhecimentos e instrumentos pedagógicos ao longo de sua carreira, como indicam Rufino *et al.* (2013).

Este profissional deve estar em constante processo de atualização de seus conhecimentos, por meio de educação continuada de forma a ensinar o outro a pensar e discutir, método principal no processo ensino aprendizagem devendo estar presente nos diferentes níveis educacionais (Rufino *et al.*, 2013, p. 985).

A constante atualização é crucial, possibilitando ao professor se manter atualizado com as novas abordagens e práticas educacionais, proporcionando uma melhor qualidade de ensino e favorecendo o desenvolvimento dos alunos.

Entretanto, os autores reconhecem o déficit na formação de professores em relação à Educação Sexual, o que acaba tornando o trabalho docente difícil no ambiente escolar. A dificuldade aumenta ao pensar na singularidade dos sujeitos inseridos nesse meio (Moura, 2004; Santos; Battisti, 2022). E, além disso, a temática da sexualidade pode colocar em evidência conflitos acerca de questões socioculturais e religiosas como os tabus, crenças, culturas, valores, etc. Esses conflitos podem partir do docente, do aluno, dos familiares e, até mesmo, de cargos administrativos das instituições de ensino e do próprio Estado.

À medida que a Educação Sexual ganha destaque nos debates, a insegurança dos professores em abordar essa temática em sala de aula torna-se prevalente (Figueiró, 2009; Oliveira, 2009; Bonfim, 2010). Figueiró (2009) destaca que durante o processo formativo do processo, tanto inicial quanto continuada, não os capacita para tratar de questões da sexualidade. Além disso, como pauta recorrente desse estudo, a presença constante de uma

sociedade repressora, interfere no avanço de ações pedagógicas acerca da temática (Figueiró, 2009; Godoy, 2018).

Os autores Dinis e Asinelli-Luz (2007) também apresentam as demandas dos professores em formação ou aperfeiçoamento em relação à Educação Sexual. Muitos professores apresentam dificuldades em “lidar” com a sexualidade (Dinis; Asinelli-Luz, 2007; Furlanetto *et al.*, 2018). Nesse contexto, os autores ressaltam que todos os sujeitos são seres histórico-culturais e singulares, estabelecendo diversas relações entre pares, conforme afirmado por Vygotsky e seus sucessores. E trabalhar a sexualidade é uma experiência que, como Dinis e Asinelli-Luz apontam, não é exclusiva da escola, é experienciada no momento em que o sujeito é inserido na sociedade.

Além disso, quando o educador se coloca nesse lugar de transversalidade nas áreas de conhecimento e está consciente das individualidades dos estudantes, abre-se um espaço para a construção de novas ações pedagógicas. Essa postura de intermediação demanda do professor habilidades de escuta ativa, empatia e flexibilidade, permitindo que ele adapte suas estratégias de ensino conforme as necessidades e interesses de cada aluno. Ao reconhecer a diversidade presente na sala de aula e valorizar as contribuições de cada estudante, o professor promove um ambiente propício ao desenvolvimento de todos os envolvidos no processo educativo (Moura, 2004; Battisti, 2016).

À vista disso, Santos e Battisti (2020) apontam que o conceito de mediação é intrínseco à formação do professor. O conceito mediação é indicado como um “[...] eixo que sustenta o ensino e as intervenções pedagógicas, as quais mostram-se intencionais e previamente planejadas. A mediação, assim, em processos formais de ensino e de aprendizagem, mostra-se como pedagógica” (Santos; Battisti, 2020, p. 4).

O trabalho docente na Educação Sexual pode ser visto como um reflexo de modo que o professor vivencia a sua própria sexualidade (Dinis-Asinelli, 2007; Maia *et al.*, 2012). Ainda mais ao considerar o professor um “[...] agente dotado de vasta bagagem de conhecimentos e cultura” (Santos; Battisti, 2023, p. 217). Por isso, é importante entender a sexualidade a partir de uma perspectiva histórico-cultural:

[...] como fator de aprendizagem e interação social, significa superar os limites impostos pela educação escolar. A possibilidade de vivenciar a diversidade das relações afetivas e sociais provocada pela educação sexual contribui para a compreensão e uma experimentação de novas possibilidades do exercício da alteridade em contextos mais amplos que os familiares [...] (Dinis; Asinelli-Luz, 2007, p. 85).

Os autores Quirino e Rocha (2013) contribuem acerca da formação docente ao apontar para a necessidade de inovar e propiciar espaços de formação continuada aos professores e gestores, preparando-os técnica e emocionalmente para trazer a Educação Sexual em escolas. Precisa-se considerar que: “Um educador que, de fato, pretende ter êxito nas aplicações das estratégias de ensino, necessita passar por reflexão pessoal sobre o tema e também por revisão dos próprios valores, dos próprios sentimentos, dos possíveis tabus e preconceitos existentes a esse respeito” (Figueiró, 2009, p. 166).

Oliveira (2009) enfatiza o que tantos autores apresentaram, a necessidade de formação continuada dos professores para a Educação Sexual. Para isso, há a necessidade de formadores e formandos, “[...] livres de preconceitos e com um firme desejo de auxiliar indivíduos a compreenderem [...]” a sexualidade como integradora do sujeito (Oliveira, 2009, p. 181). O docente em formação precisa ser neutro em relação a valores e experiências privadas, principalmente por assumir o papel de transmissor, intermediador e formador.

Os autores, Silva e Neto (2006), apresentam a dificuldade dos professores em evitar que seus valores morais pessoais interfiram nas suas ações pedagógicas. Há implicações no trabalho ao se depararem com a sexualidade infantil, uma área de estudo amplamente discutida na psicanálise.

Segundo Oliveira (2009), Santos e Battisti (2022), os professores necessitam estar em constante atualização, a autoconfrontação surge como um importante processo do qual eles podem olhar as potencialidades e fragilidades nas ações pedagógicas. É sempre necessário o docente buscar refletir sobre novas formas de ensino-aprendizagem, fazer autoavaliação, procurar novas capacitações e sempre circular pela transversalidade dos saberes, pois ao se colocar em um lugar de não-saber acaba por abrir novos caminhos (Rufino *et al.*, 2013; Santos; Battisti, 2023).

Rufino *et al.* (2013, p. 989) destacam a relevância da participação ativa do docente em sua própria formação:

É necessário que os professores saibam da existência e finalidade do PCN devendo, portanto, participar da elaboração e atualização anual do PPP para então planejar seus conteúdos programáticos destacando a promoção da saúde sexual e reprodutiva dos alunos, na perspectiva da interdisciplinaridade e transversalidade.

Como Silva e Neto (2006) determinam em seu estudo, a maioria dos professores são abertos à inclusão da Educação Sexual nos cursos de formação inicial, já que os futuros

profissionais podem se deparar com essas questões inerentes a todos os sujeitos. Por isso, Silva e Neto apontam que:

O despreparo dos profissionais nas diversas produções identificadas precisa ser reconhecido e enfrentado pelos sistemas públicos educacionais se estes esperam que muitas das orientações sobre o tema, contidas especialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, não fiquem reduzidas a orientações técnicas sem implementação na prática escolar (Silva; Neto, 2006 p. 195).

Para além, precisa ser revisto o papel das instituições de ensino superior em relação à formação desses profissionais (Silva; Neto, 2006; Bonfim, 2010; Maia; Ribeiro, 2011; Godoy, 2018). Formar docentes, independente de sua área profissional, em profissionais uma escuta mais sensível e preparo para discutir a sexualidade de forma transversal e livre de preconceitos. Como Silva e Neto enfatizam, é essencial essa capacitação até mesmo na formação inicial dos docentes.

Bonfim (2010) propõe uma formação inicial a qual o professor seja preparado para uma prática pedagógica em que trabalha conteúdos curriculares com as questões sócio-culturais atuais, fugindo de uma metodologia de ensino ultrapassada e engessada. Um ponto discutido em seu estudo, a tarefa do docente em desenvolver projetos educacionais baseados na democracia e emancipação, entrecruzando com questões sociais, culturais e históricas (Bonfim, 2010; Godoy, 2018).

Em relação à construção de conhecimentos na formação docente, Bonfim (2010) assinala que a biologia precisa estar presente ao abordar a sexualidade humana. No entanto, ela não dá conta sozinha de trabalhar com as transversalidades da temática. Arrisca-se dizer que o trabalho anda em conjunto com a psicologia histórico-cultural, uma área que considera o sujeito social e cultural. A formação docente estaria baseada em subsídios que só teriam a acrescentar na sua atuação.

Ampliando a discussão, Silva e Neto (2006) destacam que as dificuldades de inserção da Educação Sexual em escolas derivam da falta de preparo dos profissionais, desde fatores pessoais, científicos e/ou **institucionais**. Nesse último fator, os autores criticam a falta de políticas públicas que garantam a formação continuada dos docentes e gestores. Corroborando, Ribeiro (2009) aponta que:

[...] é importante que os setores públicos responsáveis pela Educação no Brasil percebam que é essencial o investimento em Educação Sexual. É preciso inserir disciplinas de sexualidade no currículo dos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas,

e formar professores para trabalhar com educação sexual [...] (Ribeiro, 2009, p. 138).

Em concordância, Rufino *et al.* (2013) enfatizam a relevância de debates a serem levantados dentro de instituições formais de ensino superior, buscando aprimoramentos no preparo técnico-científico dos docentes em formação. Apontam a necessidade da Educação Sexual ser incluída como tópico para discussão desde os cursos de graduação através da implementação em componentes curriculares. Todavia, na contemporaneidade, ainda são encontrados diversos desafios ao considerar a inserção da Educação Sexual nas escolas, principalmente na formação de professores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer a trajetória histórica da Educação Sexual no Brasil, torna-se evidente a complexidade e os desafios enfrentados por essa área ao longo das décadas. Desde os primeiros estudos de José de Albuquerque na década de 1930 até os debates atuais sobre gênero e diversidade, a Educação Sexual passou por diversas fases marcadas por avanços e retrocessos.

No início do século XX, os esforços de médicos e educadores para institucionalizar a Educação Sexual no Brasil foram marcados por concepções científicas e teorias que buscavam embasar práticas profissionais. No entanto, a forte influência da Igreja Católica e o regime militar da década de 1960 impuseram desafios significativos, resultando na suspensão de garantias constitucionais e na repressão de informações ideológicas, incluindo aquelas relacionadas à Educação Sexual.

A década de 1980 foi caracterizada por uma retomada e institucionalização mais efetiva da Educação Sexual, com a criação de congressos, sociedades científicas e grupos de pesquisa. A AIDS e a preocupação com a gravidez precoce impulsionaram a discussão sobre a sexualidade nas escolas. A inclusão da Educação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1996 representou um avanço significativo, embora, na prática, a formação de professores ainda fosse insuficiente.

As instituições e projetos criados nas décadas seguintes, como a Associação Brasileira de Educação Sexual (EDUSEX), o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), e a elaboração de programas e projetos, demonstram a crescente atenção dada à Educação Sexual no país. A criação do primeiro curso de Mestrado em Educação Sexual em 2012 foi um marco importante, sinalizando um esforço para capacitar profissionais nesse campo.

No entanto, o Brasil enfrentou, a partir de 2015, uma onda conservadora que ameaçou conquistas históricas relacionadas à Educação Sexual. O discurso anti-sexual e fundamentalista que ganhou força na sociedade, culminando na eleição de um presidente de extrema-direita em 2018, trouxe desafios adicionais. A luta pela manutenção das liberdades sexuais e pela inclusão da Educação Sexual no contexto escolar tornou-se crucial diante desse cenário.

O ano de 2019, apesar das adversidades, testemunhou esforços contínuos na promoção da Educação Sexual, como o Dossiê “Sexualidade, gênero e educação sexual em

debate”. Esse conjunto de artigos reflete a necessidade urgente de abordar as questões de gênero, diversidade e sexualidade nas escolas diante do discurso conservador predominante.

Com a mudança na presidência em 2023 e um discurso diferente na área da educação, abre-se uma oportunidade para resgatar a emancipação e o papel crucial da Educação Sexual no contexto educacional brasileiro. Este trabalho, ao considerar os marcos histórico-políticos do país, contribui para a construção de subsídios que promovam uma Educação Sexual efetiva e intencional, propiciando um ambiente de formação mais igualitária.

Diante do exposto, a análise detalhada desse percurso histórico reforça a necessidade de uma abordagem mais aberta, inclusiva e comprometida com a formação de professores para lidar com as complexas questões relacionadas à sexualidade no contexto escolar. A mediação do professor no processo de ensino-aprendizagem acerca da Educação Sexual assume um papel crucial na promoção do diálogo, da compreensão e do respeito, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Após perpassar por esse contexto histórico, político e social, destacou-se a relevância da mediação pedagógica na construção de conceitos científicos, ressaltando a influência da teoria de Vygotsky e outros estudiosos no entendimento dos processos psicológicos superiores. A centralidade das relações sociais, a mediação por meio de instrumentos e signos, e o papel crucial da linguagem como sistema simbólico foram abordados de maneira minuciosa.

Battisti (2016) enfatizou a importância de Vygotsky ao salientar que o pensamento humano, lógico e mental, é uma produção social dependente das relações estabelecidas pelo homem com o meio. A autora ressaltou que os processos de desenvolvimento e aprendizagem são fundamentais, sendo o aprendizado um fator crucial na formação das funções psicológicas humanas.

A mediação, entendida como um processo de intervenção nas relações do homem com o meio, foi explorada por Oliveira (2004, *apud* Battisti, 2016), que destacou os elementos mediadores, como instrumentos e signos, dentro de pressupostos marxistas sobre trabalho e formação da sociedade humana. A autora salientou que o trabalho é central na organização da atividade coletiva e na criação de instrumentos.

Quanto aos instrumentos, Leontiev (1978, *apud* Battisti, 2016) os definiu como objetos sociais carregados de elementos histórico-culturais, fundamentais para a aquisição de

novas funções psicomotoras. Já os signos, segundo Vygotsky, atuam como elementos mediadores no campo psicológico, sendo fundamentais para as funções psíquicas do sujeito. Smolka (2004) e Oliveira (2004, *apud* Battisti, 2016) corroboram essa ideia, destacando o papel dos signos como mediadores nas relações sociais.

A linguagem, como sistema simbólico, foi considerada um elemento basilar da mediação, permitindo a construção de sistemas de signos. A relação entre pensamento e linguagem, especialmente o significado das palavras, foi explorada com base nas concepções de Vygotsky (1991, 2001), destacando que o significado é um fenômeno do pensamento.

A noção de sentido, mais fluida e complexa do que o significado, foi discutida a partir das concepções de Vygotsky (2001) e Smolka (2004), evidenciando que os sentidos são construídos nas interações do sujeito com o meio. A significação, como generalização da realidade, foi apontada por Leontiev (1978, *apud* Battisti, 2016) como fundamental para a aquisição de conhecimento e experiência.

A mediação, ao ser aplicada à educação, destacou-se como uma prática que vai além da sala de aula, iniciando antes da aula propriamente dita. A mediação docente, representada pela relação entre professor e estudantes, assim como entre estudantes e conteúdo escolar, foi considerada crucial para a transmissão de conceitos científicos. A adaptação da metodologia e a consideração da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) foram enfatizadas como ferramentas essenciais para uma mediação de qualidade.

Reforçou-se que a mediação não é apenas um conceito teórico, mas uma prática fundamental no ambiente educacional. O professor, ao atuar como mediador, desempenha um papel essencial na promoção do desenvolvimento humano, conectando o sujeito ao conhecimento e facilitando o processo de aprendizagem de forma adaptativa e sensível às necessidades individuais dos alunos. A mediação, portanto, emerge como uma ponte vital entre o indivíduo e a sociedade, entre o sujeito e o conhecimento, sendo essencial para compreender e promover o desenvolvimento humano.

O capítulo que aborda "Desafios e Perspectivas na Formação Docente para a Educação Sexual" proporcionou uma análise aprofundada sobre a temática, sublinhando a necessidade de a escola ser um espaço propício para o debate, reflexão e acolhimento dos jovens. A citação de Maia e Ribeiro (2011) ressalta o papel crucial da escola na transmissão de conhecimentos historicamente acumulados e na formação de cidadãos críticos e autônomos, incluindo uma educação sexual emancipatória.

A discussão sobre a atuação do professor como intermediador no processo de ensino e aprendizagem, conforme Moura *et al.* (2011), reforça a importância de capacitar os educadores para mobilizar o ambiente escolar, promovendo diálogo e debates sobre a Educação Sexual. A citação de Rufino *et al.* (2013) destaca a escola como uma rede de apoio aos estudantes, proporcionando um espaço seguro de socialização e desenvolvimento da autonomia.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são mencionados como direcionadores essenciais para a abordagem da sexualidade nas escolas, enfatizando a necessidade de uma educação integral e multidisciplinar. No entanto, os desafios identificados incluem a biologização da sexualidade, a falta de capacitação dos professores e a influência de discursos repressivos na cultura.

A análise crítica sobre a escola como um espaço de biopoder, conforme discutido por Altmann (2007 *apud* Moura *et al.*, 2011) e a perspectiva foucaultiana de Quirino e Rocha (2013), revela a necessidade de repensar a Educação Sexual para além da transmissão de conhecimentos, retirando-a desse lugar de mecanismo de regulação e disciplinamento dos corpos dos educandos.

A proposta de trabalhar a Educação Sexual sob uma abordagem histórico-cultural, conforme defendido por diversos autores, incluindo Dinis e Asinelli-Luz (2007) e Figueiró (2009), destaca a importância de problematizar a sexualidade, incorporando discussões sobre suas dimensões culturais e históricas.

A relação entre a Educação Sexual, a formação do leitor e a construção da identidade do aluno, como abordado por Figueiró (2009) e Maia e Ribeiro (2011), destaca a necessidade de instrumentalizar os educandos para que se tornem sujeitos ativos no processo de aprendizagem, capazes de se autoeducar ao longo da vida.

Diante da análise profunda sobre a interseção entre psicologia e Educação Sexual no ambiente escolar, é evidente que o papel do psicólogo se mostra crucial na abordagem da sexualidade, não apenas orientando os estudantes, mas também desempenhando um papel significativo na formação continuada dos professores. A escuta qualificada, livre de juízos morais, revela-se como uma ferramenta essencial para lidar com assuntos sensíveis e polêmicos, conforme preconizado pelo código de ética da profissão.

A Educação Sexual, ancorada nas fases do desenvolvimento infantil delineadas por Freud, transcende o âmbito orgânico e incorpora questões de gênero, trabalho, formação e religião. A necessidade de integrar essa perspectiva de forma abrangente na formação dos

educadores é uma demanda urgente, pois a falta de profissionais capacitados para lidar com essa temática perpetua uma discussão inacabada, transmitindo a responsabilidade como uma “batata quente” de mão em mão.

A formação inicial e continuada dos professores emerge como uma peça-chave na promoção de práticas educativas que favorecem a compreensão e o diálogo em torno da sexualidade. Ainda assim, reconhece-se um déficit nessa formação, agravado pela falta de preparo dos profissionais para lidar com questões socioculturais e religiosas, incluindo tabus, crenças e valores.

Os desafios enfrentados pelos professores ao abordar a Educação Sexual são multifacetados, desde a falta de capacitação específica até a presença de uma sociedade repressora que interfere nas ações pedagógicas. A insegurança e a falta de preparo para lidar com questões de sexualidade em sala de aula são persistentes, refletindo a necessidade urgente de uma abordagem integrativa e abrangente, envolvendo tanto psicólogos quanto professores.

A formação docente deve transcender a mera transmissão de conhecimentos biológicos e incorporar abordagens que considerem a psicologia histórico-cultural. A necessidade de inclusão da Educação Sexual nos cursos de formação inicial, bem como a importância de formadores e formandos livres de preconceitos, são pontos fundamentais para promover um ambiente educacional mais inclusivo e sensível às questões relacionadas à sexualidade.

Diante desses desafios, é essencial repensar o papel das instituições de ensino superior na formação de professores, destacando a importância da Educação Sexual como parte integrante dos currículos de Pedagogia e Licenciaturas. A construção de projetos educacionais baseados na democracia e emancipação, aliados à reflexão pessoal dos educadores sobre suas próprias visões e preconceitos, emerge como uma estratégia eficaz.

Portanto, em síntese, ressalta-se a crucial importância da Educação Sexual como elemento fundamental na formação integral dos estudantes, sublinhando a necessidade premente de políticas públicas que fomentem a formação continuada dos professores. A abordagem histórico-cultural se apresenta como uma via promissora para enfrentar os desafios existentes, promovendo uma educação sexual emancipatória que leve em consideração as diversas dimensões culturais, sociais e individuais da sexualidade. A construção desse cenário educacional mais inclusivo e sensível demanda a colaboração ativa de psicólogos, professores

e instituições de ensino superior, convergindo esforços para efetivar avanços significativos na integração da Educação Sexual no contexto educacional.

Diante desse cenário, surge como uma indagação instigante a ser explorada em futuras pesquisas: qual a razão pela qual a psicologia ainda não desempenha um papel mais proeminente na formação dos professores? Esta lacuna evidencia um espaço de investigação que poderia direcionar esforços para compreender as barreiras existentes, os possíveis benefícios da integração da psicologia nesse contexto e as estratégias viáveis para otimizar a contribuição dessa disciplina na formação docente. Essa reflexão não apenas abre caminhos para pesquisas futuras, mas também destaca a importância de promover uma colaboração mais estreita entre a psicologia e a educação, visando aprimorar significativamente a preparação dos professores para abordar questões sensíveis, como a Educação Sexual, no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- BATTISTI, Isabel Koltermann. **Mediações na significação do conceito vetor com tratamento da geometria analítica em aulas de matemática**. Orientadora: Cátia Maria Nehring. 2016. 249 p. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências - área de matemática) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Ijuí-RS, 2016.
- BEDIN, Regina Celia. **A História do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua Participação na Trajetória do Conhecimento Sexual na UNESP**. 2016. 154f. (Tese de Doutorado em Educação Escolar). Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. Educação sexual: contradições, limites e possibilidades. **Filosofia e Educação**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 406-423, jan. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/rfe.v2i2.8635513>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635513>. Acesso em: 06 jan. 2024.
- BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. DOI: 10.35919/rbsh.v29i1.41. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. Acesso em: 27 mar. 2023.
- DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar em Revista**, [s.l.], n. 30, p. 77-87, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40602007000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/RXsBPyNNmD3fTJx45x5wBxm/abstract/?lang=pt#ModalArticle> s. Acesso em: 06 jan. 2024.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009. p. 141-171. Disponível em: <https://maryneidefigueiro.com.br/files/uploads/976c7a39-3a57-44c1-b7e7-95b40f8e9684.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.
- FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria, três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Stantard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume 7). Tradução: Jayme Salomão.
- FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMAN, Franciele; COSTA, Cristofer Batista Da; MARIN, Angela Helena. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, [s. l.], v. 48, n. 168, p. 550-571, abr./jun 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/198053145084>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2023.
- GODOY, Diego Azevedo. Educação em Sexualidade no Brasil: um tour histórico e seus importantes desdobramentos para a formação do educador e do desenvolvimento da área na educação escolar. **Doxa: Revista brasileira de psicologia e educação**, Araraquara, v. 20, n. 2,

p. 272-288, jul./dez 2018. DOI 10.30715/doxa.v20i2.11893. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11893>. Acesso em: 4 out. 2023.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; EIDT, Nadia Mara; TERRA, Bruna Mares; MAIA, Gabriela Lins. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/rQ3DZwPrv5mcTgpYVTrWjTq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2024.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual: princípios para a ação. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**. Araraquara. v. 15, n. 1, p. 75-84. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Claudia-Maia/publication/341262997_EDUCACAO_SEXUAL_PRINCIIOS_PARA_A_ACAO_Doxa_v15_n1/links/5eb60a43299bf1287f77decf/EDUCACAO-SEXUAL-PRINCIIOS-PARA-A-ACAO-Doxa-v15-n1.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

MOURA, Ana Flora Müller; PACHECO, Ana Paula; DIETRICH, Cauê Fantin; ZANELLA, Andréa Vieira. Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar. **Psicol. Argum.**, [s.l.], v. 29, n. 67, p. 437-446, out./dez. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andrea-Zanella-6/publication/324628488_Possiveis_contribuicoes_da_psicologia_para_a_educacao_sexual_em_contexto_escolar/links/5b3ccd2a0f7e9b0df5edafe3/Possiveis-contribuicoes-da-psicologia-para-a-educacao-sexual-em-contexto-escolar.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. Pesquisa colaborativa: um foco na ação formadora. *In*: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. Cap. 18, p. 257-284.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de; ARAÚJO, Elaine Sampaio; MORETTI, Vanessa Dias; PANOSSIAN, Maria Lúcia; RIBEIRO, Flávia Dias. Atividade orientadora de ensino: unidade entre ensino e aprendizagem. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 205-229, jan./abr. 2010.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de; SFORNI, Marta Sueli de Faria; ARAÚJO, Elaine Sampaio. Objetivação e Apropriação de Conhecimentos na Atividade Orientadora de Ensino. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 14, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2011. Disponível em: www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v14n1/04.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

OLIVEIRA, Vera Lucia Bahl de. Sexualidade no contexto contemporâneo: um desafio aos educadores. *In*: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009. p. 173-189. Disponível em: <https://maryneidefigueiro.com.br/files/uploads/976c7a39-3a57-44c1-b7e7-95b40f8e9684.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

QUIRINO, Glauberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira da. Prática docente em educação sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte, CE, Brasil. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 19, n. 3, p. 677-694, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-73132013000300011>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/rFqWjDCskZ7WvZwyybQJKJR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2024.

REIS, Maria Helena; VILAR, Duarte. A implementação da educação sexual na escola: atitudes dos professores. **Análise Psicológica**, [s.l.], v. 22, n. 4, p. 737-745, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/6055>. Acesso em: 06 jan. 2024.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. *In*: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: Uel, 2009. Cap. 7. p. 129-140. Disponível em: http://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/Educacao_Sexual_Multiplos_Temas.pdf#page=142. Acesso em: 04 out. 2023.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **RIAEE - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1254-1264, jul. 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v14esp.2.12701. Acesso em: 27 mar. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 53, p. 11–19, 1985. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1372>. Acesso em: 27 mar. 2023.

RUFINO, Camila Borges; PIRES, Laurena Moreira; OLIVEIRA, Patrícia Carvalho; SOUZA, Sandra Maria Brunini; SOUZA, Márcia Maria de. Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, Goiás, Brasil, v. 15, n. 4, p. 983–91, 2013. DOI: 10.5216/ree.v15i4.19941. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/19941>. Acesso em: 31 maio. 2023.

SANTOS, Alexa Fagundes dos; BATTISTI, Isabel Koltermann. Conceito mediação sob a abordagem histórico-cultural: estado da arte para a formação de professores. **Salão do Conhecimento**, v. 6, n. 6, 2020. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/17698/16432>. Acesso em: 06 jan. 2024.

SANTOS, Alexa Fagundes dos; BATTISTI, Isabel Koltermann. Conceito mediação sob a perspectiva vigotskiana: compreensões a partir de uma síntese. *In*: Vanessa Freitag de Araújo. (Org.). **Educação: Expansão, políticas públicas e qualidade 3**. 1ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023, v., p. 212-218.

SANTOS, Alexa Fagundes dos; BATTISTI, Isabel Koltermann. Mediação sob a abordagem histórico-cultural: entendimentos produzidos a partir da análise de pesquisas. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**: REVASF, Petrolina, v. 12, n. 28, p. 04–34, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1750>. Acesso em: 06 jan. 2024.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. Aprendizagem e Desenvolvimento: o papel da mediação. *In*: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MANZONI, Rosa Maria (Org.). **Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem**: diferentes olhares sobre o processo educacional. 1 ed. Bauru UNESP/FC/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, v. 1.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; NETO, Jorge Megid. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência educ.**, Bauru, v. 12, n. 02, p. 185-197, mai./ago. 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132006000200006&lng=pt&nrm=iso. acessos em 06 jan. 2024.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante Sobre significação e sentido: um ensaio – uma contribuição à proposta de Rede de Significações. *In*: ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza; SILVA, Ana Paula Soares da; CARVALHO, Ana Maria Almeida (orgs.). Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed. 2004.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A Formação social da mente**. Tradução de José Cipolla Neto, Luis S. M. Barreto, Solange C. Afeche. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.